

Congresso fixa limite para salários dos parlamentares

O presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides, promulgou ontem, em sessão solene realizada no começo da noite, a emenda constitucional que fixa limites para a remuneração de deputados estaduais (75 por cento dos federais) e vereadores (75 por cento dos deputados estaduais).

Para o senador Mauro Benevides, a decisão tomada pelo Congresso tem importância histórica. Primeiro, porque inicia o processo de alteração do texto constitucional, votado a 5 de outubro de 1988. Esta é a emenda constitucional Número 1. O outro aspecto importante salientado pelo presidente do Senado é o de que a emenda uniformiza a remuneração dos parlamentares estaduais

tendo como parâmetros os subsídios atribuídos aos deputados federais.

Isso vai significar uma moralização de práticas adotadas algumas vezes por Câmara de Vereadores, que ficam impedidas de votar salários em benefício próprio", disse Benevides. O primeiro signatário da emenda foi o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Adiamento — O Senado adiou para hoje a votação do Projeto Camata, que limita os gastos da União, dos estados e municípios com seu funcionalismo a 60 por cento das receitas correntes líquidas, e do projeto da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

CORREIO BRAZILIENSE

01 ABR 1992